

GREGA OU EGÍPCIA? A COMPOSIÇÃO ÉTNICA DE NÁUCRATIS: O DEBATE ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XXI

GREEK OR EGYPTIAN? THE ETHNIC COMPOSITION OF NAUKRATIS: THE DEBATE BETWEEN THE 18TH AND 21ST CENTURIES

Leonardo Wesley dos Santos⁸⁸

Artigo recebido em 29 de julho de 2025

Artigo aceito em 12 de junho de 2025

Resumo: Náucratis foi um importante local de comércio estabelecido no delta do Nilo nas décadas finais do século VII. Permeado por santuários gregos e egípcios, o local era importante para as redes de conexão afroeuroasiáticas do Mediterrâneo Antigo. Este artigo condensa o debate acadêmico acerca da etnicidade naucratita, apresentando as etapas principais de seu desenvolvimento entre os séculos XIX e XXI.

Palavra-chave: Egito Antigo. Etnicidade. Grécia Antiga. Historiografia. Náucratis.

Abstract: Naukratis was a significant trading hub established in the Nile Delta during the late decades of the 7th century BCE. Characterized by the presence of both Greek and Egyptian sanctuaries, the site played a crucial role in the Afro-Eurasian connectivity networks of the ancient Mediterranean. This article synthesizes the scholarly debate on Naukratite ethnicity, outlining the key stages of its historiographical development between the 19th and 21st centuries.

Keyword: Ancient Egypt. Ancient Greece. Ethnicity. Historiography. Naukratis.

Considerações iniciais

Náucratis foi um assentamento localizado no delta do Nilo, em terras concedidas aos gregos pelo faraó Psamético I (690–610 AEC). Conforme indicam os vestígios arqueológicos, egípcios e gregos teriam convivido em Náucratis desde a sua fundação — como será exposto nas seções seguintes. A parcela grega da comunidade naucratita era composta tanto por comerciantes itinerantes quanto por residentes permanentes que viviam no local sem independência plena e sob a autoridade real egípcia (BRESSION, 1980, p. 297). Segundo aponta o egiptólogo Damien Agut-Labordère, os

⁸⁸ Bacharel em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail para contato: lw.santos@unifesp.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8477-7445>.

mercadores gregos compuseram a elite comercial naucratita desde o estabelecimento do assentamento nas décadas finais do século VII AEC até meados do século III AEC. Neste último período, os comerciantes egípcios se tornaram proeminentes na cidade passando a integrar a elite local (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 370, 371).

Dado este panorama, faz-se possível afirmar que a história de Náucratis importa porque, separadamente, as antiguidades egípcia e grega há muito têm sido idealizadas por eruditos europeus, e tal idealização repercutiu em diferentes níveis na cultura e na política europeia e, conseqüentemente, nos países que um dia constituíram os domínios ultramarinos europeus. Logo, a história naucratita é posta em evidência justamente pelo amplo interesse existente em compreender as dinâmicas possíveis quando do encontro entre essas duas comunidades mediterrânicas — interesse este atestado pela vasta bibliografia produzida a respeito do assentamento desde antes da localização de seu sítio arqueológico em 1884. Assim, seriam os naucratitas gregos ou egípcios? Ou ainda multiétnicos? A fim de responder tal questionamento, sem esgotar todas as possibilidades a seu respeito, o presente artigo⁸⁹ sistematizará os debates acerca da composição étnica de Náucratis. Tal sistematização ampliará o que já foi discutido inicialmente na monografia “Aos deuses dos gregos”: historiografia sobre Náucratis e o Helênion entre os séculos XVIII e XXI (2025)⁹⁰. Para isto, além das fontes gregas primárias e secundárias mobilizadas na referida monografia, serão apresentadas algumas fontes primárias egípcias oriundas de Náucratis, bem como as principais análises a seu respeito.⁹¹

A partir de uma interpretação da tradição literária greco-romana, “inteiramente grega”

A pesquisa que deu origem a este artigo tinha por objetivo analisar as fontes secundárias sobre Náucratis e o Helênion e, assim, compreender como foi organizado

⁸⁹ Este trabalho resulta de uma apresentação intitulada “Grega, egípcia ou multicultural? A identidade étnica do empório de Náucratis na produção acadêmica entre os séculos XVIII e XXI”, ministrada durante o XII Encontro Nacional de História Antiga da ANPUH (2024), evento sediado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em Uberaba-MG.

⁹⁰ Monografia oriunda da pesquisa de iniciação científica realizada sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco e a partir de fomentos da FAPESP, processo nº 2023/12757-0. Disponível para consulta no repositório institucional da Universidade Federal de São Paulo.

⁹¹ As traduções de excertos utilizados em citações diretas, tanto de fontes primárias quanto secundárias, são livres. As citações originadas das traduções de outros autores serão devidamente indicadas em notas de rodapé.

o conhecimento relativo a esses objetos de estudo. Após o levantamento das fontes secundárias, estas foram divididas em três fases: 1. obras publicadas antes da localização do sítio arqueológico (1750-1845), 2. obras publicadas após a localização (1886-1905) e 3. publicações contemporâneas produzidas a partir de novas escavações e de novos aportes teóricos-metodológicos (1997-2023) (SANTOS, 2025).

Além do levantamento das fontes secundárias analisadas, tornou-se imprescindível listar as fontes literárias greco-romanas que mencionam Náucratis, isto porque, salvaguardada algumas especificidades, observou-se que muitas dessas obras eram constantemente evocadas pelos autores das três fases estabelecidas. Dessa forma, tendo por base o levantamento bibliográfico de Marion Smith (1926), e as sondagens próprias da pesquisa, foram listadas 26 fontes primárias. Figuram nessa listagem obras como o livro II das *Histórias* de Heródoto (V AEC), a *Geografia* de Estrabão (I AEC - II EC), *O Banquete dos eruditos* de Ateneu (II-II AEC), entre outras.⁹² O panorama obtido com este levantamento esclareceu a relevância que tais textos antigos tiveram quando da elaboração do imaginário moderno acerca de Náucratis.

Uma das conclusões da pesquisa evidenciou que, se atualmente Náucratis é descrita por pesquisadores, como a arqueóloga Alexandra Villing, como multicultural e multiétnica, as primeiras caracterizações modernas a este respeito apresentavam uma formulação bem distinta. Autores da fase I, tais como os cientistas da invasão napoleônica ao Egito, Jean-Baptiste Jollois (1776-1842) e Jean-Marie Bois-Aymé (1779-1846), qualificaram Náucratis como uma cidade necessariamente grega (JOLLOIS; BOIS-AYMÉ, 1818, p. 08). Esses autores compreendiam o empório enquanto originalmente povoado por gregos, dotado de instituições comuns ao mundo helênico antigo, bem como composto por uma paisagem cultural tipicamente grega. Ou seja, eles concebiam Náucratis sem uma presença egípcia efetiva. Essa helenidade foi enfatizada também em outras obras; ora sutilmente como em *Voyage to the ruins of Naukratis and to the site os Sais* (1845), de Silk Buckingham (1786-1855), ora explicitamente, como na autobiografia do egiptólogo Flinders Petrie (1853-1942), *Ten years digging in Egypt* (1892).

⁹² Para uma consulta à relação completa dessas fontes primárias, ver Santos, 2025, p.19-21.

Na primeira destas ocorrências, o autor parafraseou Heródoto e Estrabão a fim de explicar como o empório teria sido fundado (BUCKINGHAM, 1845, p. 66). Seguindo a narrativa herodoteana, Silk Buckingham retratou o faraó Amásis II (570 a 526 AEC) como um “benfeitor” dos gregos e, por extensão, o fundador de Náucratis — uma vez que foi responsável pela concessão de terras que lhe deu origem (BUCKINGHAM, 1845, p. 66). Em sua exposição, centrada nos relatos dos referidos autores antigos, Silk Buckingham delineou uma comunidade tipicamente grega — assim como fizeram os autores Antiguidade. Convém destacar que, à época de Silk Buckingham, o sítio arqueológico de Náucratis ainda não havia sido encontrado — o que justificaria o uso irrestrito das obras literárias gregas enquanto fontes acerca de Náucratis (SANTOS, 2025, p. 31).

Flinders Petrie, por sua vez, optou por abordar explicitamente o suposto caráter grego de Náucratis em *Naukratis pt. I* (1886) e *Ten years digging in Egypt* (1892). Enquanto responsável pela descoberta do sítio de Náucratis, o egiptólogo acresceu evidências arqueológicas ao debate. Ainda que haja certo consenso entre Buckingham e Petrie com relação à helenidade do assentamento, há um ponto, além da mobilização de artefatos arqueológicos, que distingue a argumentação deste último com relação ao primeiro: Petrie correlacionou a fundação de Náucratis com a conjuntura política do Egito nos primeiros anos da dinastia saíta (672-525 AEC):

Quando Psamético I, em 665 a.C, tomou o trono do Egito da dodecarquia ou dos príncipes locais (que assumiram a autoridade com a queda do domínio etíope de Taraca), ele fundamentou o seu poder nos homens de bronze vindos do mar, os mercenários cários e jônios. [...] Então, ele estabeleceu suas tropas gregas em duas grandes guarnições, uma em Náucratis em sua fronteira com a Líbia, e outra na fronteira asiática em Tahpanhes; em cada local, construiu uma grande fortaleza quadrada e um acampamento murado ao seu redor (PETRIE, 1892, p. 39).

Ou seja, para ele, a fundação teria sido uma consequência direta de uma estratégia de Psamético I para estabilizar-se no poder.⁹³ Dessa exposição, interpreta-

⁹³ Quando do fim da 25ª dinastia (770–657 AEC) o poder real egípcio foi fragmentado, dissipando-se entre dois grandes núcleos que disputavam a soberania do país: os dinastas da Líbia e os sacerdotes de Tebas. Psamético I, filho do faraó Necao I, que governou o Egito durante o domínio assírio (674-662 AEC), liderou uma revolta a fim de tomar o poder e reunificar o reino. A mobilização de mercenários servia ao propósito de manter a segurança do país contra invasores em potencial e também proteger a nova ordem estabelecida. Convém mencionar que pesquisadores como Difry Williams, em *A Special Dedication to Aphrodite and Some Thoughts on the Early Years of the Greek Sanctuaries at Naukratis* (2015), criticam as evidências acerca da atuação de mercenários gregos nesse período e o papel que estes teriam desempenhado em Náucratis (Williams, 2015, p. 191).

se que para Petrie a criação do empório estaria intrinsecamente ligada à história do Egito. Contudo, há de se destacar o seguinte: por mais que nesse excerto a fundação do assentamento seja compreendida como um ponto de intersecção entre as histórias grega e egípcia, subtede-se no desdobrar da argumentação de Petrie, que a relação entre essas duas comunidades seria limitada a tal conjuntura que definiu o estabelecimento do local. Assim, uma vez que as terras foram concedidas, o autor indica que a criação e o desenvolvimento da cidade foram operações empreendidas unicamente pelos gregos. É isto que indica a partir de sua interpretação dos vestígios de cerâmica grega do sítio: “A origem de Náucratis era, evidentemente, inteiramente grega; na superfície plana do lodo do Nilo, que indica o nível do terreno no momento da fundação da cidade, os vestígios mais antigos são fragmentos de cerâmica grega” (PETRIE, 1892, p. 39).

Dessa forma, percebe-se que, em ambas as obras, a pressuposição de uma cidade essencialmente grega fundamentou-se na ausência de elementos egípcios na constituição de Náucratis — salvo as referências incontornáveis aos faraós Psamético I e Amásis II. Assim, a produção erudita elaborou uma associação estrita entre Náucratis e os gregos. No entanto, o silêncio acerca da possibilidade da presença egípcia no empório era mais um reflexo dos relatos dos autores greco-romanos do que necessariamente uma elaboração original da modernidade. Ainda que não esteja no escopo deste artigo analisar detidamente fontes literárias, uma breve exposição acerca de algumas destas elucidará a argumentação aqui desenvolvida.

O historiador Heródoto (V AEC), por exemplo, em todos os capítulos de *Euterpe* nos quais trata do empório (Heródotos. *Histórias*, II, 97; 178; 179), não diz nada a respeito da convivência entre gregos e egípcios — com relação aos primeiros distingue-os entre moradores permanentes do Egito e viajantes. Em sua enumeração dos santuários naucratitas (178–179), ele não abordou a existência de recintos sagrados pertencentes aos deuses egípcios nem relatou se práticas cultuais destes seriam observáveis no local. Logo, a descrição herodoteana centrava-se na comunidade grega que ali vivia, sem menção aos egípcios ou qualquer outro componente que indicasse a sua presença no assentamento.

Outras obras literárias possuem uma abordagem similar. É o caso de *Banquete dos eruditos*, escrito pelo naucratita Ateneu (II-III EC). Na obra, encontram-se diversos

excertos de filósofos, historiadores, poetas e dramaturgos da Antiguidade cujas criações perderam-se no tempo. No livro IX, é dito que:

Taças de vinho de diferentes padrões são produzidas em Náucratis, a cidade natal de nosso companheiro Ateneu. Elas têm o formato de uma tigela, não modeladas em um torno, mas à mão, com quatro alças e uma base larga, sendo esmaltadas de maneira a parecerem feitas de prata. Em Náucratis, há muitos oleiros, razão pela qual o portão mais próximo das oficinas de cerâmica é chamado de Portão Cerâmico (Ateneu. O banquete dos eruditos, IX, 61).

A partir das pesquisas mais recentes há um consenso quanto à importância da cerâmica para a economia naucratita, o que se evidencia no excerto acima. No entanto, assim como em Heródoto, observa-se em tal passagem a ausência de elementos egípcios. Esse silêncio é sentido, sobretudo, porque segundo Alexandra Villing, as cerâmicas egípcia e grega teriam se desenvolvido simultaneamente desde o estabelecimento do assentamento, tendo a egípcia permanecido o principal item de consumo cerâmico de Náucratis até meados do período romano; sendo esta cerâmica tanto de produção local quanto oriunda de outras regiões do Egito (VILLING, 2015, p. 15).

Assim, mais do que afirmações explícitas das características helênicas do empório, vemos estas serem destacadas pelos autores antigos sem nenhum contraponto com relação aos egípcios, ou de sua cultura em Náucratis. Isto abre um questionamento: se evidências arqueológicas atestam que a presença egípcia teria sido constante no assentamento desde a sua fundação, por que esta não é devidamente referenciada nos registros literários greco-romanos de períodos distintos? Este questionamento continua em aberto. Dado o objetivo do artigo, o que se problematiza aqui não é o silêncio presente nas fontes primárias e sim o porquê este foi considerado, pelos autores modernos — mesmo após a descoberta de evidências arqueológicas que indicavam o contrário —, sinônimo da ausência de egípcios em Náucratis.

Ao que parece, muitos desses autores, sobretudo os enquadrados na fase I, interpretaram as informações fornecidas por Heródoto, Estrabão, Ateneu, entre outros, como necessariamente verdadeiras, sem estabelecer uma crítica apurada quanto àquilo que estes apresentavam. Durante as fases II e III, a partir da localização do sítio e do consequente destaque dado às novas evidências arqueológicas, outros fatores foram acrescidos ao debate. Como discutido acima, os autores da fase II,

mantiveram a hipótese de Náucratis enquanto inteiramente grega. Em suas publicações expuseram que os vestígios que atestam a presença egípcia no sítio datavam majoritariamente do período Helenístico (III-II AEC). Essa percepção levantou ainda mais dúvidas quanto a presença egípcia no empório nos anos iniciais de sua fundação (VII–VI AEC). Em uma abordagem mais cautelosa, Alexandra Villing e Udo Schlotzhauer, ao invés de descartar tal possibilidade, pontuaram como incerta a “extensão da presença egípcia em Náucratis durante o período Arcaico (800–500 AEC) (VILLING; SCHLOTZHAUER, 2006, p. 05).

Todavia, convém lembrar que a pesquisa do Projeto Náucratis do Museu Britânico apontou que, além da dificuldade em rastrear com precisão a origem de artefatos encontrados por *sebakhins*⁹⁴, muitos segmentos de cerâmica não-grega ou não-artística teriam sido sub-representados nas publicações que seguiram às primeiras e escavações, e muitos destes teriam sido praticamente destruídos ou descartados (VILLING, 2014, p. 04). Isto porque os arqueólogos demonstraram um interesse detido em artefatos considerados artísticos ou esteticamente agradáveis, principalmente aqueles tidos como inerentemente gregos. Ou seja, o próprio *corpus* documental sobre o qual muitos pesquisadores de Náucratis se debruçaram, restringia a compreensão de tópicos importantes acerca de tal objeto de estudo (VILLING, 2014, p. 07). Dessa forma, a partir da noção pré-estabelecida de uma cidade essencialmente grega, fundamentada na tradição literária greco-romana, e reafirmada por uma seleção arqueológica enviesada, produziu-se uma imagem “distorcida” da composição étnica naucratita.

Considerando o contexto sociopolítico no qual muitas dessas obras foram produzidas, nota-se que a associação estreita entre Náucratis e os gregos compunha um projeto intelectual que, já no século XVIII, estava bem definido. A idealização de uma História Universal, em suas diferentes formulações, hierarquizava as comunidades do Mediterrâneo, estabelecendo, assim, uma cronologia linear marcada por sucessivas ascensões e quedas de grandes impérios. Logo, a defesa de uma Náucratis

⁹⁴ Os *sebakhins* eram moradores locais que escavavam o sítio em busca de *sebakh* (fertilizante orgânico do Delta). Contratados por arqueólogos, vendiam os artefatos valiosos que encontravam, sendo responsáveis pela descoberta de grande parte dos objetos arqueológicos de Náucratis.

inteiramente grega delimitava também o papel que os eruditos atribuíam à Grécia na História. É o que Petrie transparece na introdução de *Naukratis pt. I* (1986):

Minha maior esperança é que o presente volume prove ter sido o primeiro vislumbre de uma profunda imersão na história dos primeiros gregos; extraída de um país que, já na época deles, estava desgastado e envelhecido com a lembrança de conquistas e desastres, de ciclos e dinastias, vagamente visíveis atrás dele (PETRIE, 1886, p. vi) [grifos nossos].

Nesta compreensão, não somente o Egito, mas também as sociedades do antigo Oriente Próximo, representavam impérios, outrora grandiosos, mas em inevitável decadência. A Grécia, por sua vez, foi defendida, pretensiosamente, como o marco inicial da “civilização ocidental”, esta, compreendida como o ápice da realização humana. Assim, a “velhice” do Egito deveria contrastar com a “juventude” da Grécia e as suas inovações nos campos do conhecimento.⁹⁵ Essa caracterização fundamentaria a defesa da “aventura grega” (LÉVÊQUE, 1967) ou ainda da tese do “milagre grego” amplamente difundida entre os eruditos ocidentais.

Assim, para uma parcela expressiva de pesquisadores, Náucratis seria a representação ideal da infância dos gregos antigos ou ainda, como idealizou Marion Smith (1926), a “etapa inicial no processo de helenização do Egito”. Portanto, essa abordagem, não visava somente expor uma simples intersecção entre determinados momentos na história dessas sociedades, e sim a manutenção de um discurso que cravava um marco para a suposta conquista de uma comunidade, considerada velha ou ainda atrasada, por outra, tida como mais desenvolvida. Para Jollois e Bois-Aymé, por exemplo, os gregos, estabelecidos em Náucratis, seriam praticamente “senhores da foz oriental do Nilo”, tendo “aberto as portas do país para seus compatriotas” (JOLLOIS; BOIS-AYMÉ, 1818, p. 50). Com relação a esta chegada dos gregos ao Egito, quando da fundação de Náucratis, Percy Gardner diz que: “[...] a empreendedora raça helênica trouxe o poder de seus braços e de sua astúcia para agir sobre o império mais

⁹⁵ Essa abordagem é visível em diversas obras que tratam das “civilizações orientais”. Ao que parece, durante muitas décadas, o estudo dessas sociedades era justificado pela “influência”, distante ou próxima, que teriam exercido sobre os gregos. Georges Conteneau, em *A civilização de Assur e Babilônia* (1975), afirmou: “Conhecer uma civilização da Antiguidade tão venerável já seria interessante por si mesmo, mas para nós, povo latino, com fumaças da Grécia e de Roma, o interesse desse estudo é ainda maior. Por trás da Grécia, ergue-se a civilização assírio-babilônica, que a domina com todo o prestígio de seu passado; e, quanto mais aprendemos a conhecer o velho oriente, mais a jovem Grécia nos parece a sua tributária” (CONTENEAU, 1975, p. 7).

antigo e venerável do mundo” (GARDNER, 1892, p. 187). E tal agir seria bem-sucedido porque, segundo o autor:

[...] um grego em Mênfis ou Tebas representava tanto uma raça superior quanto uma ordem de ideias mais nobres, assim como um espanhol no México ou um inglês em Cantão. Com ele estava o futuro, com os egípcios somente o passado; enquanto eles estavam afundando no declínio, ele estava somente começando sua grande carreira como mestre para toda a eternidade em ciência e arte (GARDNER, 1892, p.191).

Como demonstrado na presente seção, a construção da ideia de uma Náucratis inteiramente grega originou-se de um processo complexo. Este, inicialmente, fundamentou-se em uma dada interpretação da tradição literária greco-romana. O silêncio dos autores destas com relação à presença egípcia no local, legou à posteridade a imagem de um assentamento necessariamente grego. A reafirmação de tal perspectiva por parte dos autores modernos, no contexto em que tais obras foram produzidas, influenciaram os primeiros arqueólogos em sua metodologia de seleção dos artefatos arqueológicos. Como consequência à supervalorização dos artefatos gregos em detrimento dos demais, legitimou-se a hipótese de uma Náucratis puramente grega.

Náucratis reinserida em seu contexto egípcio: o estatuto do assentamento e a “egipcianização” das elites naucratitas

Esta situação mudou consideravelmente em 1899 quando o arqueólogo David Hogarth (1862-1927), então presidente da Escola Britânica em Atenas, publicou *Excavations at Naukratis*. A publicação tratou dos resultados obtidos durante a primeira temporada de Hogarth nessa região do delta. O maior destaque de seu estudo foi a constatação de que a maioria dos santuários e artefatos gregos encontrados até aquele momento, haviam sido localizados no norte do sítio, enquanto os achados arqueológicos considerados egípcios haviam sido encontrados em maior quantidade na região sul.

Observando este aspecto, ele propôs a existência de uma divisão étnica em Náucratis, defendendo dessa forma que gregos e egípcios teriam vivido em núcleos separados na cidade (HOGARTH, 1899, p.43). Outro desdobramento de tal proposição seria a pré-existência de uma cidade egípcia na região (HOGARTH, 1899, p. 45). Isto porque, segundo defendeu, seria improvável que qualquer faraó doasse terras a

estrangeiros sem garantir que estes fossem “supervisionados” por agentes do poder real egípcio (HOGARTH, 1899, p. 45). Ainda que tenha constatado essa suposta divisão étnica, Hogarth demonstrou um interesse exclusivo no norte, ou seja, na porção que considerava grega, deixando, assim, a exploração do sul “para alguém interessado na região egípcia” (HOGARTH, 1899, p. 46). E foi o próprio Hogarth o primeiro a demonstrar semelhante interesse. Quando de seu retorno ao sítio em 1903, ele se dedicou ao setor que outrora havia negligenciado. Isto porque a descoberta de uma estela egípcia⁹⁶, no local identificado por Flinders Petrie como Grande Santuário⁹⁷, indicava a oportunidade de preencher algumas lacunas acerca da datação da fundação de Náucratis. Além disso, uma descoberta como essa lhe interessava porque a partir dela poderia expandir suas hipóteses apresentadas anteriormente.

Nesta estela, assim como em sua estela gêmea de Heracleion⁹⁸, foi gravado o decreto de Sais, promulgado em 380 AEC pelo faraó Nectanebo I. Nela, segue-se a uma representação do faraó oferendendo à deusa Neith, um decreto composto por 14 colunas de texto hieroglífico que engloba elogios poéticos e votos de prosperidade dedicados ao governante, assim como uma narração sucedida por dois discursos reais. Em um destes determina-se o seguinte:

Que sejam dados 10% do ouro, da prata, das peças de madeira, da madeira trabalhada e de todas as peças de madeira vindas do Grande Verde dos Gregos [o Mediterrâneo], dentre todos os bens contabilizados para o benefício do domínio real na cidade (*niw.t*) chamada Tônís, e 10% do ouro, da prata e de todos os bens que chegam ao domínio do porto (*pr-mry.t*) chamado Náucratis, na margem do Anou [braço canópico do Nilo], contabilizados para o benefício do domínio real (*pr-nswt*), para a oferenda divina de minha mãe Neith, a Eterna (Col. 8-13).⁹⁹

⁹⁶ Segundo Anne-Sophie Von Bomhard, o egiptólogo Georges Daressy teria escrito em uma nota não publicada que tal estela, nomeada de Náucratis, teria sido “encontrada por acaso” em 1899, em terras pertencentes ao príncipe Hussein Pacha Kamel” (VON-BOMHARD, 2012, p. 05). Nem o site do Museu Britânico, nem a monografia de Von-Bomhard, vinculam a descoberta da estela de Náucratis a algum arqueólogo da época. Provavelmente, ela foi achada por *sebakhins* e depois repassada ao Pacha. Um artigo sobre o papel desses trabalhadores nas escavações está sendo preparado.

⁹⁷ Em Náucratis, Petrie afirmou ter encontrado um recinto imenso ao sul do sítio. Ele o chamou de Grande Santuário (*Great Temenos*) e o associou ao Helênion e a uma suposta fortaleza para armazenar mercadorias. Após Hogarth descobrir o verdadeiro Helênion em 1899, a identidade do Grande Santuário foi questionada. Estelas analisadas posteriormente indicaram que ali existiu um templo dedicado ao deus egípcio Amon-Rá Baded. Sobre as discussões acerca do templo de Amon-Rá Baded, ver (Santos, 2025).

⁹⁸ Assim como Náucratis, a cidade portuária de Heracleion (Tônís) foi crucial no comércio do delta até submergir em 101 AEC. Em 2000, pesquisadores descobriram nas ruínas submersas uma estela idêntica à de Náucratis, contendo o mesmo decreto de Nectanebo I — desde então, são chamadas de “estelas gêmeas”.

⁹⁹ Vertido para o português a partir da tradução francesa de Agut-Labordère.

Em sua análise de tal decreto, Hogarth defende a validade de sua hipótese acerca da pré-existência de dois núcleos étnicos no local. Para ele, *Pr-mry.t* (Pi-emrô) seria o nome nativo do local antes da chegada dos gregos (HOGARTH, 1905, p. 107). Contudo, ele reconhece a limitação de tal registro, datado do século IV AEC, para comprovar plenamente tal proposição (HOGARTH, 1905, p. 107). Por isso, a fim de complementar seu raciocínio, Hogarth expõe também evidências complementares obtidas em suas escavações. A principal destas seria o estrato de terra queimada, presente apenas no sul, e cuja medição variava entre 30 e 60 cm (HOGARTH, 1905, p. 107). Segundo afirmou, este estrato representava a camada mais antiga do solo do sítio (HOGARTH, 1905, p. 07) — afirmação feita também por Flinders Petrie (PETRIE, 1886, p. 05). Nesta camada foram encontradas apenas cerâmica rústica, sem traços “necessariamente gregos”; além destes o autor destacou que encontrou 1 alabastro, 5 estatuetas egípcias de bronze, 3 fragmentos de tigela de faiança com padrões incisos ou hieroglíficos, 2 estatuetas de pedra em estilo egípcio, 73 amuletos e estatuetas cultuais egípcias de cerâmica arenosa esmaltada, além de fragmentos de cerâmica grega pintada (HOGARTH, 1905, p. 107). Em comparação com a região norte, apontou que, em três semanas de escavação, foram encontrados 1.000 exemplares de cerâmica grega pintada e menos de 20 objetos de “cerâmica vidrada arenosa” (HOGARTH, 1905, p. 107). Assim, para Hogarth, ainda que não existam registros egípcios que atestem o nome Pi-emrô antes do século IV AEC, os resultados de suas escavações comprovariam que uma ocupação egípcia da região teria precedido a grega, bem como ambos os grupos étnicos teriam habitado regiões distintas da cidade.

Tal conclusão não foi unanimidade entre os pesquisadores, seja pela interpretação de Hogarth acerca do conjunto arqueológico analisado, seja pelas discussões em torno do significado do termo Pi-emrô. No primeiro caso, a arqueóloga alemã Astrid Möller considerou as conclusões de Hogarth “um equívoco” (MÖLLER, 2000, p. 118). Para ela, a concentração de cerâmica egípcia no sul do sítio poderia ser explicada por outros fatores, sendo estes: i) a ação dos *sebakhs* que teriam coletado os fragmentos gregos “mais valiosos”, deixando para trás apenas os vestígios egípcios e ii) Hogarth teria classificado a cerâmica local do período “pós-clássico” enquanto egípcia (MÖLLER, 2000, p. 117). Assim, para a autora, Náucratis teria sido um empório

“puramente grego”, tendo a presença egípcia florescido no local a partir do período helenístico (323-32 AEC) (MÖLLER, 2000, p. 118).

Contudo, a crítica de Möller não se sustentou no decorrer das décadas. No livro *Naukratis: Greek Diversity in Egypt* (2006), Alexandra Villing e Udo Schlotzhauer expuseram algumas fontes que, mesmo sem serem numerosas, atestariam a presença na região já durante o período arcaico. Entre elas, citaram a existência de fragmentos de cerâmica egípcia que datam do século VI AEC, assim, sendo provável seu pertencimento a egípcios residentes no local (VILLING; SCHLOTZHAUER, 2006, p. 05). Destacaram também, inscrições do mesmo período, de origem desconhecida, que se referiam a doações ao templo de Amon-Rá Baded (possivelmente em Náucratis) e, por fim, a uma inscrição que mencionava um egípcio de Náucratis (VILLING; SCHLOTZHAUER, 2006, p. 05). Alguns desses residentes nativos, sugerem, podem ter trabalhado na oficina de escaravelhos local (VILLING; SCHLOTZHAUER, 2006, p. 05).

Dessa forma, a defesa de uma Náucratis “puramente grega” a partir de sua fundação não é amparada pelas pesquisas recentes. Estas, nas palavras de Alexandra Villing, “desafiam nossa ideia de Náucratis como uma fundação essencialmente helênica. Em vez disso, “[...] apresentam um quadro complexo de uma cidade muito mais egípcia e, de fato, multiétnica, com elementos tanto egípcios quanto gregos na população presentes desde o início [...]” (VILLING, 2014, p. 07). Portanto, ainda que para David Hogarth os egípcios vivessem, de certa forma, apartados dos gregos em uma cidade distinta, e anterior ao estabelecimento de Náucratis, suas proposições levaram a uma ampliação dos debates acerca da presença egípcia no local.

Como mencionado, outro ponto de discordância acerca das hipóteses de Hogarth se concentram no significado de Pi-emrô: para alguns, este termo seria somente um topônimo, o nome que os egípcios teriam atribuído à Náucratis (VON BOMHARD, 2012, p. 05); para outros tal termo designaria um estatuto jurídico (AGUT-LABORDÈRE, 2012). Com a evidência de uma Náucratis mais egípcia do que se imaginava até então, surgiu a necessidade de reinserir o assentamento em seu contexto egípcio. O primeiro pesquisador a defender isto foi o historiador francês Alain Bresson, sendo sucedido pelo egiptólogo, também francês, Damien Agut-Labordère. Essa nova abordagem, no entanto, não se estabeleceu em detrimento do dito “elemento grego” naucratita, muito menos o omitiu. A renovação dos métodos de

investigação se deu por meio de uma complementação, bem como expansão, dos quadros de conhecimentos anteriormente estabelecidos. Assim, a etnicidade naucrática passa a ser discutida a partir de uma correlação entre as novas fontes egípcias descobertas e as evidências gregas tradicionais.

As proposições de Bresson acerca da reinserção de Náucratis em seu contexto egípcio se iniciou com uma reflexão do nível de independência que os gregos teriam tido ante o poder real egípcio. Em *Rhodes, l'Hellénion et le statut de Naucratis — VIe-IVe siècle a.C* (1980), o autor defendeu que a autonomia dos dirigentes gregos de Náucratis era limitada e que pensar no empório enquanto uma “pólis propriamente dita”, ou seja, plenamente autônoma, seria uma “ilusão helenocêntrica” (BRESSION, 1980, p. 297). Para Bresson, gregos e egípcios conviviam lado a lado no empório desde a sua fundação (BRESSION, 1980, p. 294). O autor, assim como seus antecessores, mobilizou fontes majoritariamente gregas: o livro II das *Histórias*, um fragmento de Aristágoras de Mileto (IV AEC) e a estela de Rodes. No entanto, ele se distanciou de seus antecessores por apontar em tais fontes indícios da limitação grega no empório e a dimensão de atuação do poder real egípcio.

Em sua análise, ele concluiu que o assentamento teria tido dois estatutos jurídicos distintos, um sob Psamético I e outro sob Amásis II. Durante o reinado do primeiro (664-610 AEC), sugeriu que Náucratis funcionava com uma praça comercial (*place commerciale*), ou seja, era uma área de comércio consideravelmente “livre”, no sentido de que não era submetida a uma fiscalização efetiva por parte do governo egípcio (BRESSION, 1980, p. 294). Esse estatuto, argumenta, foi alterado no período de Amásis II (570-526 AEC), quando as dinâmicas locais foram reorganizadas e a presença grega no delta formalizada. Como consequência de tal formalização, foi regulamentada uma cobrança de taxas sistemáticas sobre todas as transações realizadas no empório (BRESSION, 1980. p. 294). As considerações de Bresson apontam para um maior controle egípcio sobre Náucratis, expondo de maneira verossímil as limitações que os gregos teriam na organização de sua comunidade.

Contudo, o enquadramento do empório na conjuntura política do Egito saíta ainda era uma lacuna e o debate carecia de análises mais criteriosas das fontes egípcias para que, assim, a presença nativa passasse a integrar a historiografia sobre Náucratis, não apenas na exposição das dinâmicas de poder, mas também nas

dinâmicas cotidianas, nas práticas cultuais e demais áreas que permeavam a vida naucrática. Em 2012, o egiptólogo Agut-Labordère apresentou reflexões importantes a este respeito, enriquecendo os debates acerca da etnicidade naucrática a partir das novas perspectivas egiptológicas.

O artigo *Le statut Égyptien de Naucratis* (2012), retoma e amplia as hipóteses apresentadas por Bresson e, assim como ele, defende que as comunidades estrangeiras no Egito deveriam ser analisadas a partir do contexto egípcio. Para tal, empreendeu uma análise comparada entre o decreto de Sais, gravado na estela de Náucratis, e o capítulo 178 do livro II das *Histórias*. A partir do direito egípcio, o autor dedicou-se a compreender tanto as “margens de manobra” dos gregos ante o poder real egípcio quanto o estatuto do assentamento durante as crises que o Egito enfrentou entre os séculos VI e IV AEC. A argumentação de Agut-Labordère centra-se nas qualificações atribuídas a Heracleion e a Náucratis no decreto de Sais. Se para Hogarth Pi-emrô era um topônimo que identificava algo como o nome egípcio de Náucratis, para Agut-Labordère este seria um estatuto jurídico. Ou seja, o termo que indicava o enquadramento que o empório, enquanto um *pr-mryt* teria no direito egípcio. O egiptólogo chega a essa conclusão comparando como tal termo contrasta com o atribuído a Heracleion que é qualificada enquanto *nīw.t* que, segundo afirma, seria um termo genérico para cidade (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 359). Náucratis, por sua vez, é tratada como *pr-mryt* que, traduzido literalmente significaria casa, ou ainda, domínio (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 359).

Essa diferenciação importa porque, como explica, no mundo egípcio antigo um domínio englobaria um conjunto de bens, incluindo terras, gado, embarcações, entre outros, que seriam propriedade do faraó, de uma instituição ou de um templo (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 359). Legalmente, os responsáveis por um domínio tinham gerência sobre este, ou seja, mantinham certa autonomia perante a coroa egípcia — o que não seria sinônimo de liberdade irrestrita (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 364). Partindo do pressuposto de que todas as terras eram pertencentes ao faraó, um domínio só poderia ser formado mediante a doação de terras por parte do poder real. Para Agut-Labordère, este seria o caso de Náucratis (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 360).

Dessa forma, a institucionalização ou reforma defendida anteriormente por outros pesquisadores, é melhor definida: os gregos estabeleceram-se no Egito sob Psamético I e durante o reinado de Amásis II foi concedido ao seu assentamento o estatuto de domínio (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 360). Essa definição é complementar às hipóteses anteriores de Möller que havia proposto que o controle egípcio sobre Náucratis manifestava-se também no processo de taxaço e cobrança de demais tarifas sobre o comércio realizado no local (MÖLLER, 2000, p. 214). O estatuto de Náucratis teria mudado apenas durante o período helenístico, durante a 30ª dinastia (380-343 AEC). Com o domínio persa das pólis jônicas e o desenvolvimento comercial de Mênfis, o comércio naucratita teria perdido a sua posição estratégica no Egito (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 367). Para o autor, o enfraquecimento comercial do domínio foi crucial para a coroa egípcia não associar o assentamento a uma possível ameaça à sua estabilidade interna. Logo, concedendo-lhe independência da tutela das pólis jônicas, Náucratis teria se tornado uma pólis, adquirindo instituições autônomas (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 366).

O curioso na abordagem apresentada pelo egiptólogo em seu estudo é a situação que ele chama de “paradoxal”, pois ao se tornar uma pólis, Náucratis teria se “egipcianizado” (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 370-371). Isto significa dizer que comerciantes nativos começaram a ganhar proeminência na pólis, renovando, assim, a elite naucratita. A este respeito, o autor destaca a construção de uma grande estrutura em torno do templo saíta de Amon-Rá, para o autor, esse investimento no templo evidenciaria que, a partir do século III ou II AEC, tal local dominaria a cidade (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 369). Além deste recinto sagrado, há duas estelas estudadas pelo egiptólogo que fundamentam tal argumentação. Em *The Wool of Naukratis: About the stela Michigan Kelsey Museum 0.2.5803* ele analisa a primeira dessas estelas. Sua datação remonta ao reinado de um lágida, provavelmente Ptolomeu II Filadelfo (281-246 AEC) ou ainda Ptolomeu III Evérgeta (245-221 AEC). Nesta, foi gravado um registro em 14 linhas de texto demótico, no qual Sheamenope, um morador dos arredores de Náucratis, é parabenizado pelo clero de Amon-Rá Baded:

[...] Sheamenope, filho de Harpabek, não interferiu no dinheiro [do] representante da lã, [nem] em nenhum dos outros bens. Ele deixou a lã de Mileto para a alimentação do Carneiro. Ele construiu uma casa de purificação e uma casa para refrescar-se no verão. Ele pagou os *wrḫ.w* nas datas devidas pelos bens que lhes eram devidos. Ele fez com que as ovelhas fossem

conduzidas aos seus lugares de vida; ele fez com que o natrão fosse levado à casa de preparação, ele estabeleceu a segurança do Carneiro de Amon-Rá, Senhor de Baded, o grande deus, [e] Khonsu-Thoth, Senhor de Baded, o grande deus, [e] o Carneiro, o grande deus. Ele protegeu Sheamenope, filho de Harpabek, sua mãe Nesnebtosh, pelas boas ações que ele realizou em favor do Carneiro de Náucratis, [e] dos grandes deuses de Náucratis, para que isso permaneça no coração daquele que vier depois dele, a fim de que pratique a bondade como fez Sheamenope, filho de Harpabek, sua mãe Nesnebtosh, para quem a estela foi erguida (AGUT-LABORDÈRE, 2019, p. 95-96).

Sheamenope teria sido escolhido para cuidar dos rebanhos de ovelhas do templo de Amon-Rá durante cerca de 04 meses, bem como teria realizado tarefas correlatas a esta. Para Agut-Labordère, o registro em estela das boas práticas realizadas por Sheamenope teria criado um código de boas práticas que deveria ser seguido pelos próximos cuidadores do templo (AGUT-LABORDÈRE, 2019, p. 97). Para o egiptólogo, a estela evidenciaria que o templo de Amon-Rá produziria lã para oficinas têxteis que abasteciam comerciantes gregos (AGUT-LABORDÈRE, 2019, p. 102). Assim, este recinto sagrado teria relevância religiosa, e também comercial, para Náucratis e para as comunidades em seu entorno.

Outra estela relacionada ao santuário é a de Nebireh¹⁰⁰, datada do reinado de Ptolomeu V Epifânio. Nesta, em 50 linhas demóticas, foram gravados o que o autor chama de “trechos de atas de dois sínodos”, estes realizados em Mênfis nos anos de 196 AEC e por volta de 183/182 AEC. Para Agut-Labordère, este testemunho evidencia que o templo de Amon-Rá Baded esteve ativo pelo menos até o início do século II AEC (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 369). Por fim, o egiptólogo destaca outro artefato: uma escultura de granito, datada do século III AEC. Erigida em honra de Horemheb, que teria sido um comandante em Náucratis durante o governo dos primeiros Ptolomeu. A estátua mede cerca de 3,6 metros — segundo a descrição do Museu do Cairo, este tamanho comumente era reservado para representações de deuses, reis e, neste caso para membros da elite. Além de preces aos deuses Amon, Mut, Khonsu e Min, as inscrições hieroglíficas na base da estátua exaltavam tanto a sua linhagem quanto a sua prosperidade. No texto, o oficial se define como um “[...] grego (Ἡ3w-nbw), um homem de <Pe>kha, profeta de Min, senhor de Baded, Horemheb, filho de Crates e da senhora Shesemtet” (AGUT-LABORDÈRE, 2012, p. 369). Chama a atenção do autor

¹⁰⁰ Nome de uma das vilas modernas construídas ao redor do sítio arqueológico de Náucratis.

o fato de Horembeb denominar-se grego, ainda que evoque para si tantos elementos culturais tipicamente egípcios.

A reivindicação de certa helenidade, mais do que somente atestar uma possível ancestralidade grega, expõe que se autodenominar grego ou egípcio era um gesto repleto de nuances políticas e culturais. Tais nuances não podem ser desconsideradas em análises acerca da etnicidade naucrática. Em contrapartida, convém destacar que, independentemente da extensão dessa suposta egípcianização proposta por Agut-Labordère, já no período helenístico, difundia-se entre os gregos naucráticos o mito que atribuía aos milésios a empreitada que teria resultado na fundação de Náucratis (REDON, 2012, p. 66). A construção de um passado mítico para a recém-formada pólis, a relacionaria diretamente com a prestigiosa Mileto, a este respeito, a arqueóloga Bèrangère Redon afirma:

Frente à concorrência de Alexandria, a grande capital egípcia, e de Ptolemaida, a única cidade fundada pelos lágidas, os naucráticos adotaram, ao que parece, uma estratégia de memória e legitimação pela antiguidade, destinada a equilibrar sua posição no reino egípcio e se distinguir das outras duas cidades egípcias (REDON, 2012, p. 63).

Ou seja, frente à mudança de seu estatuto jurídico, bem como diante do surgimento de novos polos de comércio no Egito, a elite comercial naucrática, até então majoritariamente grega, demonstrou receio da perda de seu prestígio, bem como de sua influência econômica. Assim, considerando também a ascensão já evidenciada de comerciantes egípcios, os gregos naucráticos teriam passado a reivindicar essa antiguidade de sua presença na região, numa tentativa de manter seus privilégios e o prestígio de sua pólis. Logo, para um egípcio, reivindicar essa ancestralidade grega poderia ser também uma forma de se validar socialmente como parte da elite local.

Os avanços obtidos a partir de David Hogarth, materializam as relações entre gregos e egípcios em Náucratis, ao mesmo tempo que apresentam um quadro mais complexo do que aquele apresentado pelos pesquisadores anteriores. A discussão do enquadramento jurídico no qual os gregos se encontravam no Egito expôs a fragilidade da teoria da helenização — não apenas associada ao empório, mas a outras partes do Mediterrâneo Antigo. A reinserção de Náucratis no contexto egípcio ao qual também pertencia historicamente, reformulou a confluência, defendida por Flinders Petrie, das histórias egípcia e grega quando da chegada destes ao Egito. Isto, por sua vez, trouxe

a lume que a formação do assentamento não foi, e nem poderia ter sido, um empreendimento estritamente grego.

Considerações finais

Dado o panorama estabelecido acerca das discussões sobre a etnicidade de Náucratis na bibliografia especializada a seu respeito, uma última reflexão: ainda há necessidade em se discutir a etnicidade de Náucratis? Em defini-la enquanto grega ou egípcia? A definição de uma multietnicidade, tal qual proposta por Alexandra Villing, representaria o fim de tais discussões? É parte do ofício historiográfico a necessidade de definição de seus objetos de estudo, o que exige uma análise acerca de questões como a da etnicidade. Contudo, tais discussões devem ser postas a fim de contribuir para a compreensão das dinâmicas internas de Náucratis, para ajudarem a explicar como determinadas reelaborações culturais ou religiosas ocorreram. Conduzidos dessa maneira, e não como objetivo último de delimitar estritamente uma composição étnica, os debates a este respeito são enriquecedores e ainda podem elucidar aspectos da história naucratita que, até hoje, carecem de esclarecimentos.

Fontes primárias

HERÓDOTOS. 97; 134; 135 e 178 in: *História*. Trad. de Mário da Gama Kury, 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ESTRABÃO. XVII, 801; XVII, 803; XVII, 808 in: *Géographie de Strabon*. Trad. de Jean-Antoine Letronne. Paris: L'imprimerie Royale, 1819.

ATENÆUS. XI, 61 in: *The Deipnosophists or Banquet of the Learned*. Trad. Charles Duke Yonge. Vol. II. Londres: Henry Bohn, 1854.

Bibliografia

AGUT-LABORDÈRE, Damien. **Le statut Égyptien de Naucratis**. Disponível em: https://www.academia.edu/36641972/2012_Le_statut_%C3%A9gyptien_de_Naucrat_is. Acesso em: 26 de setembro de 2025.

AGUT-LABORDÈRE, Damien. **The wool of Naukratis: About the stela Michigan Kelsey Museum 0.2.5803**. British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan 24 (2019), p. 91–104.

BRESSON, ALAIN. **Rhodes, l'Hellénion et le statut de Naukratis (VIe-IVe siècle a.C.)** In: Dialogues d'histoire ancienne, vol. 6, 1980. pp. 291–349.

GARDNER, Percy. Prefacy; chapter VII: Naukratis, and the Greeks in Egypt in: **New chapters in Greek history: historical results of recent excavations in Greece and Asia Minor**. William Clowes and Sons — Londres, 1892.

HOGARTH, David George. **Excavations at Naukratis** in: The Annual of the British School at Athens, Vol. 5 (1898/1899), p. 26–97.

REDON, Bérangère. **L'identité grecque de Naukratis. Enquête sur la fabrication de la mémoire d'une cité grecque d'Égypte aux époques hellénistique et romaine**. Revue des Études Grecques, v. 125, ed. 01, jan-jun 2012, pp. 55–93. Doi: <https://doi.org/10.3406/reg.2012.8077>.

SANTOS, Leonardo Wesley dos. **O Empório de Náucratis: historiografia entre o século XVIII e XXI**. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, pp. 557–584, mar./out. 2024.

SANTOS, Leonardo Wesley dos. **“Aos deuses dos gregos”: historiografia sobre Náucratis e o Helênion entre os séculos XIX e XXI**, 2025. 119 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo.

SMITH, Edith Marion. **Naukratis, a chapter in the History of Hellenization of Egypt** in: Journal of the Society of Oriental Research, Vol. X. Trinity College. Toronto, 1926. p. 119-206.

VILLING, Alexandra *et al.* **The Material Culture of Naukratis - an overview** in: Naukratis: Greeks in Egypt. The British Museum, 2014.